



PREFEITURA DE

CAMPOS

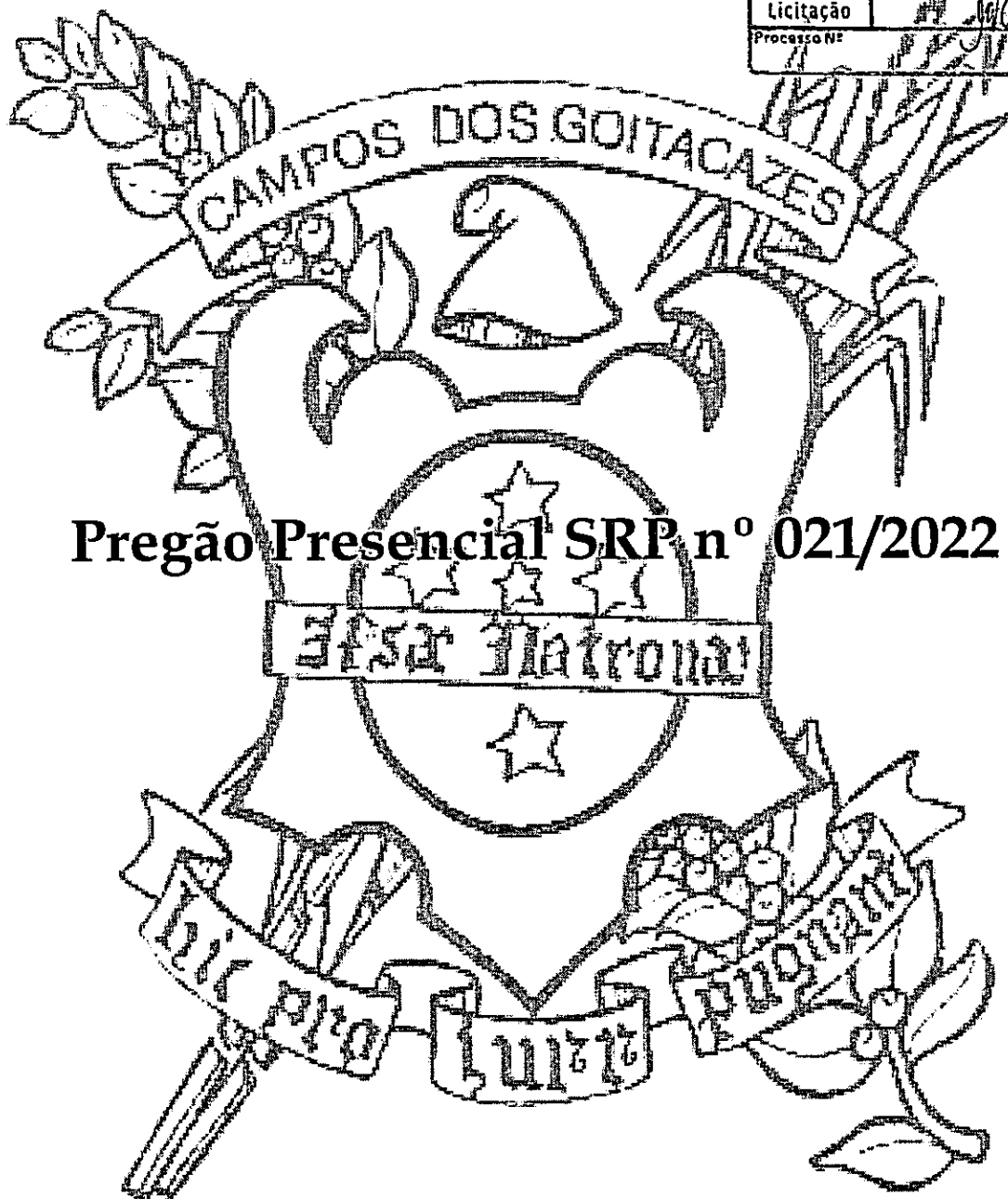
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOITACAZES
Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos
Pregão Presencial SRP nº 021/2022

Processo nº 2022.204.000197-5-PR

Data: 11/07/2022

Comissão Permanente de Licitação	Fls.: 21
	Rubrica: <i>[assinatura]</i>
Processo Nº: <i>[assinatura]</i>	



Pregão Presencial SRP nº 021/2022



PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos

Pregão Presencial SRP nº 021/2022

Processo nº 2022.204.000197-5-PR

Data: 11/07/2022

Processo nº 2022.204.000197-5-PR

1- PREÂMBULO

1.1- Torna-se público para conhecimento dos interessados, que, na Sala de Reunião de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, situada na Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado nº 47, Pq. Santo Amaro, Telefone nº (22) 98175-0911, será realizada a licitação na modalidade Pregão Presencial sob a forma de Registro de Preços, **EXCLUSIVO PARA A PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE e COOPERATIVA EQUIPARADA** cujo Edital recebeu o nº 021/2022, para a contratação do objeto abaixo descrito.

1.2- A Licitação será do tipo **menor preço** e será regida pela Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto Municipal nº 065, de 16/02/05, pelo Decreto Municipal 342, de 16/11/2006, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, com as alterações do Decreto Municipal 015, de 09/01/2009, pela Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e suas alterações, regulamentada pela Lei Municipal nº 8.768, de 11/08/2017, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666, de 21/06/1993, com as alterações da Lei nº 8.883/94, bem como pelas cláusulas e condições constantes deste Edital.

1.3. Os documentos para habilitação bem como a proposta deverão ser entregues em envelopes separados, lacrados, com identificação externa do seu conteúdo (**nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope**), às 10h (dez horas) do dia 01 de agosto de 2022, no local indicado no subitem 1.1, ou no mesmo local e hora, no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente na data marcada para realização desta licitação.

1.4. Integram este Edital, independentemente de transcrição:

1.4.1- Formulário de Proposta - Anexo I

1.4.2- Minuta de Contrato - Anexo II

1.4.3- Modelo de Carta de Credenciamento - Anexo III

1.4.4- Modelo de Declaração de que cumpre as Leis Trabalhistas - Anexo IV

1.4.5- Modelo de Declaração de que cumpre os Requisitos de Habilitação - Anexo V

1.4.6- Modelo de Declaração de Enquadramento para Microempresa e EPP - Anexo VI

1.4.7- Minuta de Ata de Registro de Preços - Anexo VII

1.4.8- Termo de Referência - Anexo VIII

1.5- As empresas interessadas em retirar o presente Edital deverão fazer requerimento dirigido ao Pregoeiro solicitando a retirada, em papel timbrado (necessidade de conter os



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos
Pregão Presencial SRP nº 021/2022

Comissão Permanente	Fis.: 73
Licitação	Assinatura: [assinatura]
Processo nº 2022.204.000197-5-PR	

Processo nº 2022.204.000197-5-PR

Data: 11/07/2022

dados da empresa para comunicar se necessário for, eventual alteração no Edital e seus anexos) e entregar 01 (uma) resma de Papel A4 ou poderão efetuar o download do Edital através do site oficial da PMCG, a saber, <https://campos.rj.gov.br/licitacoes.php>.

2- DO OBJETO

2.1- O objeto da presente licitação é o registro de preços para futura e eventual aquisição de material de segurança e acesso de controle, para abastecer Almoxarifado Central da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, conforme descrito nos Anexos I e VIII deste Edital.

2.2- A quantidade é estimativa máxima para fornecimento, em conformidade com a legislação em vigor. A Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos não está obrigada a adquirir a quantidade total estimada, possibilitando a aquisição integral, parcial ou mesmo a NÃO aquisição.

3- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1- Poderá participar desta licitação qualquer empresa especializada no ramo pertinente ao objeto desta licitação, legalmente constituída, desde que satisfaça as exigências fixadas neste edital e apresente os documentos nele exigidos.

3.1.1 - A participação neste Pregão é exclusiva para MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE e COOPERATIVAS EQUIPARADAS, conforme instituído pelo art. 48, I da Lei Complementar Federal nº 123/06 e Art. 55 da Lei Municipal nº 8.768/17.

3.1.2 - Entende-se por Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) aptas a participar do presente certame definidas no art. 3º da Lei Complementar n.º 123/06 e que não se enquadram em nenhuma das situações previstas no §4º deste mesmo art. 3º da Lei Complementar n.º 123/06.

3.1.3 - Entende-se por Microempreendedor Individual - MEI aptos a participar do presente certame aqueles definidos no Art. 18A da Lei Complementar n.º 123/06 e regulamentado na Lei Complementar n.º 128/08, sendo esta modalidade de Microempresa.

3.1.4 - Equiparam-se as ME e EPP as Sociedades Cooperativas de Consumo que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, conforme estabelece o art. 34 da Lei 11.488/07.



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DO CARVALHO
Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos
Pregão Presencial SRP nº 021/2022

Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 36
de	Rubrica: J. M. A. ZES
Processo nº	

Processo nº 2022.204.000197-5-PR

Data: 11/07/2022

3.1.5 - Deverão apresentar a Declaração de Enquadramento de ME ou EPP - Anexo VI - o licitante, para fins de obtenção dos benefícios previstos na Lei Complementar Federal nº 123/06 e suas alterações, declarando ser Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual ou Sociedade Cooperativa de Consumo nos termos da legislação vigente.

3.2- Não serão admitidas a esta licitação empresas sob forma de consórcio, empresas suspensas de contratar com a Administração ou impedidas de licitar com a Administração Pública, bem como as que estiverem em regime de falência ou concordata.

3.3- Não será permitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas para o mesmo fim.

3.4- A participação neste Pregão importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como na observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos.

4- DO CREDENCIAMENTO

4.1- No dia, hora e local designados para recebimento dos envelopes, cada empresa licitante far-se-á representar por seu titular, ou pessoa devidamente credenciada e somente estes poderão atuar na formulação de propostas e na prática dos demais atos inerentes ao certame. No ato da Sessão Pública serão efetivadas as devidas comprovações quanto à existência dos necessários poderes para representação ou credenciamento através da apresentação dos documentos, em original ou cópia autenticada, conforme abaixo:

4.1.1- Se a empresa se fizer representar por seu sócio, deverá este, para que se promovam as devidas averiguações quanto à administração e gerência da sociedade, apresentar Carteira de Identidade ou documento equivalente, bem como o Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou no caso de empresário individual, a inscrição no registro público de empresas mercantis.

4.1.1-1. Quando Microempreendedor Individual, este deverá apresentar o Certificado de Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI (www.portaldoempreendedor.org.br);

4.1.1-2. Quando o licitante for Cooperativa Equiparada deverão ser apresentados os seguintes instrumentos: Cópia autenticada dos estatutos sociais e suas alterações posteriores; Ata de posse da atual diretoria, ambas devidamente registradas na Organização das Cooperativas Brasileiras ou em entidade estadual, se houver;

4



PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos
Pregão Presencial SRP nº 021/2022

Comissão Permanente	Fis.: 25
Licitação	Ass.: J. M. M.
Assessoria Jurídica	

Processo nº 2022.204.000197-5-PR

Data: 11/07/2022

4.1.2- Caso seja designado outro representante, este deverá estar devidamente credenciado, sendo imprescindível, para que o credenciamento seja aceito, a apresentação dos seguintes documentos:

- a. Carteira de Identidade ou documento equivalente que contenha foto do credenciado;
- b. Procuração por instrumento público ou particular com firma reconhecida ou Carta de Credenciamento com firma reconhecida, conforme modelo em anexo, firmada pelo representante legal da empresa, nos termos do seu Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, documento este a ser apresentado, visando a comprovação da condição do titular para delegar poderes ao representante a ser credenciado, do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preços, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

4.1.3- Os documentos relativos ao Credenciamento deverão ser apresentados ao Pregoeiro, no momento da licitação, EM SEPARADO dos envelopes de documentação e proposta, sob pena da empresa ser considerada sem representação. Em hipótese nenhuma será admitida a abertura dos envelopes para retirada ou inclusão de quaisquer documentos.

4.2- Ficam as empresas cientes de que somente participarão da fase de lances verbais aquelas que se encontrarem devidamente credenciadas nos termos dos subitens anteriores.

4.1.4- As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, ou aquelas que, por qualquer razão, não conseguirem se credenciar no início da sessão, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta, e desde que apresentem, em separado dos envelopes de proposta e documentação, os seguintes documentos: cópia autenticada do contrato social (ou instrumento equivalente); declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação (com firma reconhecida) - Anexo V; e declaração de enquadramento como ME ou EPP - Anexo VI.

4.3- As empresas licitantes que não fizerem o credenciamento, nas condições e forma previstas nos itens supramencionados, não terão participação ativa durante o presente certame, impedidas, portanto, de assinar e rubricar todo e quaisquer documentos e atas, solicitar vistas, esclarecimentos e informações, requerer impugnações e/ou reconsiderações, interpor recurso, inclusive aqueles relativos à fase de Habilitação, atos e decisões formais do Pregoeiro.

4.4- O representante que estiver credenciado pela licitante, somente poderá ausentar-se do local de realização da sessão por motivo devidamente justificado e mediante autorização expressa do Pregoeiro, sob pena da empresa ser considerada sem representação a partir daquele momento.



PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos
Pregão Presencial SRP nº 021/2022

Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 76
de	Assinatura: [assinatura]
Recursos Humanos	
Processo nº	

Processo nº 2022.204.000197-5-PR

Data: 11/07/2022

5- DA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE – ME ou EPP

5.1 – As microempresas ou empresas de pequeno porte, para se utilizarem dos benefícios introduzidos pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e a Lei Municipal nº 8.768, de 11 de agosto de 2017, deverão declarar sua condição, sob as penas da lei, conforme Anexo VI deste Edital.

5.1.1. A declaração de que trata o subitem anterior deverá ser entregue ao Pregoeiro em separado dos envelopes “PROPOSTA” e “DOCUMENTAÇÃO”.

5.2 – A falsidade de declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e a Lei Municipal nº 8.768, de 11 de agosto de 2017, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções previstas neste Edital.

5.3 – Somente poderão usufruir dos benefícios dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123 as ME's e EPP's devidamente credenciadas, de acordo com os itens 4 e 5, e presentes na sessão do pregão.

6- DA PROPOSTA

6.1- O Formulário Padronizado de Proposta, referido no subitem 1.4.1, ou Proposta Comercial Automática, ou ainda a proposta elaborada em papel timbrado da licitante deverá ser preenchido pela licitante onde constará:

- assinatura do representante legal da empresa;
- indicação obrigatória do preço, expresso em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, devendo ser computado neste valor todos os tributos, tarifas e despesas de qualquer natureza incidentes sobre o objeto a ser fornecido, bem como a marca e modelo do produto oferecido;
- Na hipótese de não constar na referida proposta a indicação de marca e/ou modelo do objeto cotado pela licitante, o pregoeiro solicitará que o representante da empresa declare qual é a marca e/ou modelo, para fins de registro na ata da sessão, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos a contar da convocação pelo pregoeiro. Se houver recusa por parte do mesmo, ocorrerá a imediata desclassificação de sua proposta.

6.1.1- Na fase de julgamento das propostas, será verificada a exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, podendo o Pregoeiro sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.



relativa ao credenciamento (vide item 4), além dos envelopes de "proposta" e "documentação". Tão logo se efetive a entrega destes documentos, o pregoeiro iniciará o credenciamento das licitantes. Terminado o credenciamento não serão admitidos novos licitantes ao presente certame.

7.2.1- No que tange aos documentos do credenciamento e a declaração de que cumpre os requisitos de habilitação, por serem apresentados em separado dos envelopes, o pregoeiro poderá solicitar a complementação dos mesmos desde que a documentação faltante esteja em poder do representante presente à sessão.

7.3- As empresas que decidirem pelo envio dos envelopes, sem a participação na fase de lances, conforme definido no subitem 4.3, deverão encaminhar cópia autenticada do contrato social (ou instrumento equivalente), declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação (com firma reconhecida) - Anexo V e declaração de enquadramento como ME ou EPP - Anexo VI, em envelope separado da documentação e proposta, para que se promovam as devidas verificações quanto aos citados documentos. A não apresentação de qualquer um dos três documentos em tela acarretará no impedimento da empresa em participar do certame. Por outro lado, o licitante devidamente credenciado, que não apresentar a(s) declaração(ões) supramencionada(s), poderá preenchê-la(s) de próprio punho na fase inicial do certame.

7.4- Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas, ocasião em que será procedida à verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento, desclassificando-se as incompatíveis.

7.5- Após a entrega dos envelopes, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

7.6- No curso da Sessão, dentre as propostas que atenderem aos requisitos do item anterior, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, poderão fazer novos lances verbais, de valores distintos e decrescentes, até que as empresas licitantes manifestem desinteresse em apresentar novos lances e se proclame o vencedor. Dos lances ofertados não caberá retratação.

7.7- Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.8- A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços.

7.9- É vedada a oferta de lance verbal com vista ao empate.



7.10- A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pela empresa para efeito de ordenação das propostas.

7.11- Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item 7.6, o pregoeiro, atendendo ao que estabelece o Art. 4º. Inciso IX da Lei nº 10.520/02, adotará os seguintes critérios:

7.11.1- Quando houver somente um preço válido proposto, o pregoeiro convocará as duas melhores propostas subsequentes, completando o número de três para que seus autores possam apresentar lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, quaisquer que sejam os preços inicialmente ofertados;

7.11.2- Quando houver dois preços válidos propostos, o pregoeiro convocará somente uma proposta subsequente, visando completar o número de três, para que seus autores possam apresentar lances verbais, na forma do disposto na parte final do subitem 7.11.1;

7.11.3- Caso não haja representante credenciado, dentre as empresas convocadas para completar o número de três, na forma dos subitens 7.11.1 e 7.11.2, serão considerados os preços ofertados pelas empresas do envelope de proposta, para efeito de classificação final, não havendo qualquer hipótese de nova convocação de licitantes remanescentes para oferta de lances verbais;

7.11.4- Somente será efetivada a competição, relativamente à oferta de lances verbais, com as empresas licitantes devidamente credenciadas, aptas para tal fim.

7.12- O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagadas pelo pregoeiro, as empresas licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.13- Encerrada a etapa competitiva e ordenada às ofertas, será considerada vencedora a empresa licitante que oferecer a proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

7.14- Na cota principal, no caso da primeira colocada ser empresa de grande ou médio porte, será observado o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123/06 e art. 49 a 51 da Lei Municipal nº 8.768, 11/08/2017, conforme segue:

7.14.1 - Identificar-se-ão as propostas ofertadas por ME's e EPP's, que tenham se declarado como tal conforme anexo VI, que se encontrem até 5% (cinco por cento) superiores à primeira classificada.

7.14.2 - A microempresa ou empresa de pequeno porte enquadrada no **subitem 7.14.1**. mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta de preço inferior àquela classificada em primeiro lugar, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos a contar da convocação do pregoeiro, situação em que passará à condição de primeira colocada.



Comissão Permanente	Fls.: 80
Licitação	
Processo	

7.14.2.1 - A não apresentação de proposta no prazo estipulado no subitem anterior implicará a preclusão do direito conferido pela Lei Complementar nº 123/06.

7.14.3 - Não ocorrendo a adjudicação do objeto à microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes na ordem de classificação, que se enquadrem no **subitem 7.14.1**, para o exercício do mesmo direito.

7.14.4 - Na hipótese de não ser adjudicado o objeto à microempresa ou empresa de pequeno porte enquadrada no **subitem 7.14.1**, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente classificada em primeiro lugar.

7.15- O pregoeiro efetuará o julgamento da proposta de **menor preço por item**, após o encerramento da etapa de lances e eventual exercício do direito de preferência, **podendo negociar diretamente com o licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor**, bem como decidir sobre a sua aceitação.

7.16- Somente serão aceitas propostas cujos preços sejam compatíveis com os praticados no mercado, não sendo admitida, em hipótese nenhuma, a adjudicação do objeto por valor superior ao definido no **subitem 16.1** deste Edital.

7.17- Sendo aceitável o preço ofertado, o pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo os documentos de "**HABILITAÇÃO**" da empresa que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no **item 8** deste Edital.

7.18- Serão inabilitadas as empresas licitantes que não apresentarem a documentação em situação regular, conforme estabelecido no **item 8** deste Edital.

7.19- No caso de inabilitação da proponente que tiver apresentado a melhor oferta ou de reprovação da amostra - quando for o caso - apresentada pela licitante, o pregoeiro reabrirá a etapa de lances na forma do **subitem 7.6 e seguintes**.

7.19.1 Encerrada a nova etapa competitiva e reordenada às ofertas, será considerada vencedora a empresa licitante que oferecer a proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM**, sendo analisados os documentos habilitatórios da mesma.

7.19.2 Na hipótese desta licitante ser inabilitada, será novamente reaberta a etapa de lances, e assim sucessivamente, até que uma licitante atenda às condições fixadas neste Edital.

7.20- Ocorrendo a hipótese anterior, o pregoeiro poderá ainda negociar com a licitante no sentido de se obter melhor proposta.

7.21- Verificado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a empresa licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo pregoeiro.

7.22- Após o resultado classificatório correspondente e a homologação, o preço será registrado no Sistema de Registro de Preços da SEMAP, cujo resumo será publicado na imprensa oficial, para ciência dos interessados e efeitos legais.

7.23- A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, não cabendo direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultada a utilização de outros meios contratuais, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema do Registro de Preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

7.24- O pregoeiro manterá em seu poder os documentos das demais licitantes, pelo prazo de 15 (quinze) dias, após a homologação da licitação, devendo as empresas retirá-los após este período, sob pena de inutilização dos mesmos.

7.25- Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, devendo ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todas as empresas licitantes presentes ao final do pregão.

8- DA HABILITAÇÃO

Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS;
- b) A consulta ao cadastro será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;
- c) Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;
- d) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;
- e) Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.1- HABILITAÇÃO JURÍDICA



8.1.1- Registro Comercial, no caso de empresa individual;

8.1.2- Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

8.1.2.1- Quando **Microempreendedor Individual**, este deverá apresentar o Certificado de Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI (www.portaldoempreendedor.org.br);

8.1.2.2- Quando o licitante for **Cooperativa Equiparada** deverão ser apresentados os seguintes instrumentos: Cópia autenticada dos estatutos sociais e suas alterações posteriores; Ata de posse da atual diretoria, ambas devidamente registradas na Organização das Cooperativas Brasileiras ou em entidade estadual, se houver;

8.1.3- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

8.1.4- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.1.5- Os objetivos sociais deverão estar em harmonia com o objeto ora licitado, sob pena de inabilitação.

8.2- REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA

8.2.1- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.2.2- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com objeto contratual;

8.2.3- Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante;

8.2.4- Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, bem como perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, (Certidão Negativa de Débitos - CND), exigida no artigo 47, inciso I, alínea "a", da Lei Federal nº 8.212/91 e alterações posteriores;

8.2.5- - Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;



8.2.6- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;

8.2.7- Prova de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

8.2.8- CNDT - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. Esta certidão poderá ser retirada através do site www.tst.jus.br/certidao;

8.2.9- Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

As licitantes deverão declarar que não empregam menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregam menor de dezesseis anos, salvo a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz. A declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal deverá ser prestada nos termos do modelo em Anexo.

8.2.10- Deverão ser fornecidas Certidões Negativas da Dívida Ativa sempre que os documentos de comprovação de regularidade para com as Fazendas Federal, Estaduais e Municipais apresentadas, fizerem referência expressa de que não atestam a regularidade da licitante em relação à Dívida Ativa das citadas Fazendas; para as sociedades empresárias situadas no Estado do Rio de Janeiro deverão apresentar prova de regularidade com a Dívida Ativa, emitida pela Procuradoria Geral do Estado.

8.2.11- Quando o crédito tributário ou trabalhista encontrar-se com sua exigibilidade suspensa, no lugar das Certidões Negativas de Débito pode-se apresentar Certidão Positiva com efeito de Negativa.

8.2.12- Os documentos relacionados no subitem 8.2 deverão ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes.

8.2.13 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.2.13.1 - No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte que esteja com alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa.



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos
Pregão Presencial SRP nº 021/2022

Comissão Permanente de Licitação	Fls.: 84
Assinatura: [assinatura]	Rubrica: [assinatura]
Processo nº 2022.204.000197-5-PR	
Data: 11/07/2022	

8.2.13.2 - A não-regularização no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, na forma prevista pelo subitem 7.19.

8.3- QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

8.3.1- Comprovação de capital social ou patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor final do(s) item(s) efetivamente vencido(s) pela empresa.

8.3.1.1- Caso a comprovação seja realizada através do patrimônio líquido, a licitante deverá apresentar o balanço patrimonial exigível na forma da lei.

8.3.1.2- Na hipótese de ser constatado, ao final da sessão, que os itens vencidos por algum licitante superam o limite estabelecido no subitem anterior, o pregoeiro oportunizará ao representante da empresa que informe em que item(ns) pretende figurar como detentor do registro.

8.3.1.3- Ocorrendo a hipótese do subitem anterior, o pregoeiro identificará o(s) item(ns) remanescente(s); encaminhará o(s) mesmo(s) ao(s) licitante(s) classificado(s) em 2º lugar (em cada item, conforme o caso), devendo, sempre que possível, negociar diretamente com o respectivo(s) licitante(s) para que seja obtido preço melhor; e decidirá sobre a sua aceitação da oferta.

8.3.1.4- Fica estipulado que, ocorrendo o disposto no subitem 8.3.1.1 e estando a empresa sem representação (independente do motivo), caberá o pregoeiro definir os itens que serão registrados em favor da empresa, devendo ser dada preferência a ordem crescente da planilha de preços (Anexo I).

8.3.2- Certidão(ões) Negativa(s) de Recuperação Judicial - Lei 11.101/05 (falências e concordatas), expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, a menos de 90 (noventa) dias da data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes, exceto quando dela constar o prazo de validade.

8.3.2.1- Para a licitante sediada na Cidade de Campos dos Goytacazes, esta prova será feita mediante apresentação de Certidão passada pelo Cartório Único de Registro de Distribuição, sendo dispensada a apresentação do documento exigido no subitem 8.3.3.



PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS CARVALHOS
Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos
Pregão Presencial SRP nº 001/2022

Comissão Permanente de Licitação	Fls.: 85
Assinatura	<i>[Assinatura]</i>
Processo nº 2022.204.000197-5-PR	

Data: 11/07/2022

8.3.2.2- Caso a licitante esteja em processo de recuperação judicial, poderá apresentar, em substituição aos documentos exigidos nos subitens 8.3.2 e 8.3.3, certidão emitida pela instância judicial certificando sua aptidão econômica e financeira para participar de procedimento licitatório.

8.3.3- A licitante sediada em outra Comarca ou Estado deverá apresentar, juntamente com a(s) certidão(ões) exigida(s), declaração/certidão passada pelo Foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registro que controlam a distribuição de falências ou concordatas. Em caso da declaração apresentar validade expressa, esta deverá ser observada. Por outro lado, se dela não constar prazo de validade, esta será de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.

8.3.3.1- Na hipótese da Certidão de que trata o subitem 8.3.2 ser emitida pela Corregedoria ou órgão equivalente do respectivo Tribunal de Justiça, será facultativa a apresentação do documento solicitado no subitem anterior.

8.4- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.4.1 - Atestado(s), expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, este último com firma reconhecida, comprovando que a licitante forneceu ou está fornecendo, de maneira satisfatória, materiais semelhantes ao objeto deste edital.

8.5- INTERESSADOS EM PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

8.5.1- Os interessados em participar desta licitação, inscritos no Cadastro da PMCG, (CRC), poderão substituir os documentos listados em 8.1.1, 8.1.2, 8.1.3, 8.1.4, 8.2.1, 8.2.2 e 8.2.3 pelo Certificado de Registro no referido Cadastro, devidamente atualizado.

8.5.1.1- Por Certificado de Registro devidamente atualizado, entenda-se aquele em vigor na data da realização desta licitação.

8.5.2 - As licitantes que entregarem o Registro Comercial Individual, Contrato ou o Estatuto Social, devidamente autenticados no momento do credenciamento, estão dispensadas da exigência do subitem 8.1 na fase de habilitação.

8.6- DA DOCUMENTAÇÃO

8.6.1- Os documentos exigidos para esta Licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial. Os que forem de emissão da própria proponente deverão ser datilografados em papel timbrado da licitante, registrar o número desta licitação, estar datados e assinados por seu representante legal ou preposto formalmente estabelecido. Os

funcionários do Setor de Licitações não autenticarão documentos, cabendo ao Pregoeiro e/ou Comissão apenas as atribuições de receber, examinar e julgar os documentos. Os documentos e certidões emitidas pela Internet terão, conforme o caso, sua autenticidade verificada no momento do certame. Caso a licitante opte por entregar os documentos originais, tanto no credenciamento quanto no envelope de documentação, deve estar ciente de que aqueles não serão devolvidos em hipótese nenhuma.

9- DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1- Declarada a empresa vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.1.1- O prazo para apresentação de recursos começará a contar após o prazo previsto para a Habilitação Diferenciada para ME e EPP, quando esta ocorrer, conforme item 8.2.13 deste Edital.

9.2- A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto ao resultado do certame, importará decadência do direito de recurso. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

10- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1- A Licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e Contrato.

10.2- A falta de regularização da documentação no prazo previsto no subitem 8.2.13.1 sujeitará o licitante à aplicação das sanções previstas neste item.

10.3- O não comparecimento da licitante vencedora para assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida com a proposta, ficando sujeita às sanções legais cabíveis.

10.4- Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.





PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYANATZES
Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos
Pregão Presencial SRP nº 024/2022

Comissão Permanente de Licitação	Fls.: 87
de	Rubrica: [assinatura]
Recursos Humanos	
Processo nº 2022.204.000197-5-PR	
Data: 11/07/2022	

10.5- Em caso de atraso no fornecimento, objeto desta licitação, poderá ser aplicada à Contratada multa moratória de valor equivalente a 1% (um por cento) sobre o valor total do material, por dia útil excedente.

10.6- Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

11- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1- A despesa correrá pelo código 04.122.0095.2271.0000 relativo ao Programa de Trabalho e pelas Naturezas de Despesas 339030 e 449052.

12- DAS CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO E DA EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

12.1- PRAZO DE ENTREGA

12.1.1- O prazo para entrega do objeto será de 30 (trinta) dias, conforme item 13.3 do Termo de Referência (Anexo VIII), elaborado pela Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos.

12.1.2- O prazo a que se refere o subitem anterior começará a fluir a partir da emissão da Ordem Formal de Fornecimento emitida pela Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos ou da entrega da Nota de Empenho.

12.1.3- Durante a vigência da Ata de registro de Preços, os preços deverão ser compatíveis com a conjuntura do mercado.

12.1.4- A apresentação da proposta implica a aceitação de todas as condições deste edital.

12.1.5- Em se tratando de compras ou de locação de equipamentos, o objeto será recebido:

- provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
- definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

12.2- LOCAL DE ENTREGA

12.2.1- O vencedor desta licitação terá que entregar o que lhe for adjudicado conforme item 13.3 do Termo de Referência, elaborado pela Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos (Anexo VIII do edital).



12.3- FORMA DE FORNECIMENTO

12.3.1- O objeto desta licitação, se contratado, será fornecido de forma integral.

13- DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 - Após a homologação do resultado desta licitação, a SMARH convocará o fornecedor do certame para cumprimento das exigências pertinentes a assinatura da Ata de Registro de Preços, o que deverá, obrigatoriamente, ser atendido no prazo máximo de **03 (três) dias úteis**, a partir da convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

13.1.1 - Ao assinar a Ata de Registro de Preços, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer/executar os bens/serviços a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital;

13.1.2 - Para assinar a Ata de Registro de Preços, o Representante Legal da empresa deverá apresentar procuração, e/ou contrato social e cédula de identificação;

13.1.3 - O compromisso de fornecimento será formalizado mediante assinatura da Ata de Registro de Preços pelo fornecedor.

13.2 - Na assinatura da Ata de Registro de Preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

13.3 - Quando o vencedor da licitação não fizer a comprovação referida no subitem anterior ou, injustificadamente, recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços, poderá ser convocado outro licitante (sem prejuízo das multas previstas em edital e das demais cominações legais), desde que respeitada a ordem de classificação. Neste caso, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, o convocado deverá assinar a Ata de Registro de Preços.

13.4 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo fixado no subitem 13.1, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as sanções legais cabíveis.

13.5 - A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua publicação.



13.6 - A empresa que tenha seu preço registrado obrigar-se-á a cumprir as condições dispostas na Ata de Registro de Preços, aplicando-o ao quantitativo solicitado pela Administração.

14- DA CONTRATAÇÃO

14.1 - O prazo para assinatura do Contrato será de no máximo 03 (três) dias úteis, contados da convocação da Contratante para a sua formalização, devendo a(s) empresa(s) estar(em) portando os certificados de regularidade perante o INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal.

14.1.1 - A cada quantitativo solicitado será formalizado um contrato, que deverá obedecer ao disposto no subitem anterior.

15- DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E DO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES

15.1 - As solicitações de esclarecimentos ou providências a respeito de condições do edital tratadas no subitem anterior poderão ser protocoladas no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal, na Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, nº 47 - Pq. Santo Amaro - Campos/RJ, das 09 às 17 horas, de segunda à sexta-feira, exceto feriados do Município de Campos dos Goytacazes ou Nacionais ou através do seguinte email: pregao@campos.rj.gov.br.

15.2- Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa ou empresa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório.

15.3- As impugnações editalícias e interposições de recursos deverão ser, OBRIGATORIAMENTE, protocoladas no endereço supracitado.

16- DO VALOR

16.1- O valor total estimado pela Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos para esta licitação é de R\$ 96.563,15 (noventa e seis mil, quinhentos e sessenta e três reais e quinze centavos).

17- DO PAGAMENTO

17.1- Pelo fornecimento do objeto deste Edital, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, a CONTRATANTE pagará à contratada, a importância total que vier



PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DO CARVALHO

Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos

Pregão Presencial SRP nº 2022.204.000197-5-PR

Comissão Permanente de Licitação	Fls.: 90
Assinatura	Assinatura
Processo nº 2022.204.000197-5-PR	

Data: 11/07/2022

a ser pactuada, até 30 dias após a entrega e de acordo com o disposto no **Termo de Referência (anexo VIII do edital)**.

17.2- A contratada deverá apresentar a documentação legalmente exigível para a cobrança respectiva, até o 5º (quinto) dia útil da data final do período de adimplemento da parcela de obrigação, mediante requerimento dirigido à Secretaria Municipal de Fazenda, através do Protocolo Geral.

17.3- Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos em estrita observância à respectiva Nota de Empenho.

17.4- O pagamento da parcela será efetuado pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, até o 30º (trigésimo) dia corrido a contar da data final do período de adimplemento da obrigação respectiva, uma vez obedecidas as formalidades legais e contratuais pertinentes.

17.5- O pagamento da obrigação, não sendo efetuado no prazo previsto no subitem 17.4 e, desde que o atraso decorra de culpa da **CONTRATANTE**, será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) de multa calculado sobre a parcela devida. A compensação financeira será de 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de atraso, calculada sobre a parcela devida.

17.6- - O pagamento da multa e da compensação financeira, a que se refere o subitem 17.5, será efetivado mediante autorização expressa da **CONTRATANTE**, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da contratada, dirigido ao mesmo.

17.7- Caso a **CONTRATANTE** efetue o pagamento devido à contratada, em prazo inferior a 30 (trinta) dias, será descontado da importância devida, 0,033% (trinta três milésimos por cento), por dia de antecipação;

17.8- Na hipótese da cobrança apresentar erros, a **CONTRATANTE** devolverá os documentos equivocados à contratada, para fins de substituição.

17.8.1- O pagamento, após apresentação da nova cobrança, será efetuado no prazo que remanescer dos 30 (trinta) dias a que se refere o subitem 17.4, sem a multa e a compensação financeira estipuladas no subitem 17.5;

17.9- Fica vedado à contratada negociar, efetuar cobrança ou descontar a duplicata emitida através de rede bancária ou com terceiros, permitindo-se, tão somente, cobrança em carteira simples, ou seja, diretamente na contratante.

18- DO REAJUSTAMENTO

18.1 - O preço ofertado na licitação será fixo e irrevogável, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

19- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1- Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

19.2- É facultado ao pregoeiro ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

19.3- O Pregoeiro dirimirá as dúvidas que suscitem a presente licitação, desde que arguidas por escrito, até 02 (dois) dias úteis contados da data fixada para abertura dos envelopes.

19.4- Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

19.5- Todos os atos praticados pelo Pregoeiro e/ou pelo Ordenador de despesa serão publicados no Diário Oficial do Município.

19.6- Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e vencendo em dias de expediente.

19.7- O Município de Campos dos Goytacazes poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93.

19.8- Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame o Foro competente é o da Comarca de Campos dos Goytacazes, excluído qualquer outro.

Campos dos Goytacazes, 11 de julho de 2022.


Wainer Teixeira de Castro

- Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos -



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS
Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos
Pregão Presencial SRP nº 021/2022

Comissão	Fls.: 92
de	
Recursos Humanos	
Processo nº 2022.204.000197-5-PR	

Data: 11/07/2022

Anexo I - Proposta Comercial

ITEM	DESCRIÇÃO (Conforme especificação do item 4 do Termo de Referência)	QUANT	UNID	MARCA	PREÇO UNITÁRIO EM ALGARISMO (R\$)	PREÇO TOTAL EM ALGARISMO (R\$)
1 Item exclusivo (art. 48, I, LC nº 123/06)	Lanterna holofote tática de mão LED com alça.	10	Unid.			
2 Item exclusivo (art. 48, I, LC nº 123/06)	Rádio comunicador (par), com alcance acima de 30 Km.	15	Par			
3 Item exclusivo (art. 48, I, LC nº 123/06)	Dispensador de senhas completo com 01 suporte pedestal de chão.	30	Unid.			
4 Item exclusivo (art. 48, I, LC nº 123/06)	Bobina numerada três dígitos (000 a 999), contendo 2.000 senhas cada bobina.	2.000	Unid			
5 Item exclusivo (art. 48, I, LC nº 123/06)	Display de álcool em gel de 70%.	50	Unid			
6 Item exclusivo (art. 48, I, LC nº 123/06)	Pedestal organizador de filas construído em aço inox e pintura cromada, com fita retrátil de 2 metros de comprimento e 5 cm de largura.	20	Unid			
7 Item exclusivo (art. 48, I, LC nº 123/06)	Painel de senha digital, para organização de filas de atendimento, com controle sem fio com 3 botões, para avançar para próxima senha, retroceder, ou chamar novamente a senha atual.	10	Unid			
VALOR TOTAL EM ALGARISMOS R\$						

O preço acima considera todas as exigências contidas no Edital de Pregão Presencial nº 021/2022, e ainda, todos os custos com mão-de-obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre a aquisição.

A validade dos preços e condições desta proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar da data estabelecida no preâmbulo do Edital de Pregão Presencial nº 021/2022, para a abertura dos envelopes contendo a documentação e Proposta Comercial das licitantes.

A licitante formuladora desta proposta tem conhecimento integral do edital e seus anexos, sobretudo das especificações constantes no Termo de Referência elaborado pela Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos.

Declaro, sob as penas da lei, que o(s) objeto(s) ofertado(s) atende(m) a todas as especificações constantes no Edital.

Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de 2022.

Assinatura do Representante
Legal ou Preposto da Licitante e carimbo

Anexo II - Minuta de Contrato

CONTRATO Nº ____/2022

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM
A SEMAP E A
EMPRESA _____.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS, com sede na Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, 47, Parque Santo Amaro, Campos dos Goytacazes/RJ, inscrito no CNPJ/MF do Ministério da Fazenda sob o nº _____, doravante denominada, simplesmente, **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos, _____, nos termos do Decreto Municipal nº 365/2009 e a empresa _____, doravante denominado simplesmente, **CONTRATADA**, com sede na _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ neste ato representada pelo Sr. _____, portador do documento de identidade nº _____, órgão expedidor _____, CPF nº _____, em decorrência do resultado da **LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2022**, ajustam entre si o presente **CONTRATO**, com fundamento na Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com redação da Lei n.º 8.883/94, no Decreto Municipal nº 065, de 16 de fevereiro de 2005, e de acordo com o que consta do Processo nº 2022.204.000197-5-PR, mediante as seguintes **CLÁUSULAS E CONDIÇÕES**:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato é aquisição de material de segurança e acesso de controle, para abastecer Almoxarifado Central da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, conforme descrito nos Anexos I e VIII do edital e, em especial, na Nota de Empenho nº ____/2022.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

O CONTRATANTE obriga-se a:



- a) Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;
- b) Resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos, no processo nº 2022.204.000197-5-PR e em tudo o mais que se relacione com o fornecimento objeto deste **CONTRATO**, desde que não acarrete ônus para o **CONTRATANTE** ou modificação do instrumento;
- c) Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas nas Cláusulas Quarta, Quinta e Sexta do presente Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** será a única, integral e exclusiva responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza que causar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto deste **CONTRATO**, respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento do **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATADA** é a responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, entendendo-se como ônus tributários o pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo Poder Público.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do **CONTRATO**, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital nº 021/2022.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caberá ainda a CONTRATADA:

- I) arcar com todas as despesas referentes ao transporte, vertical e horizontal, bem como carga e descarga, de todos os bens objeto deste **CONTRATO**;
- II) entregar nos locais e prazos indicados pela **CONTRATANTE**;
- III) responder pela idoneidade e pelo comportamento de seus responsáveis, técnicos, empregados, prepostos ou subordinados;
- IV) responder exclusiva e integralmente, perante o **CONTRATANTE** pelo fornecimento;



PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS
Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos
Pregão Presencial SRP nº 021/2022

Comissão	Fls.: 96
de	CAZES
Revisão	Humanos
Processo nº 2022.204.000197-5-PR	

Data: 11/07/2022

- V) responder por violações a direito de uso de materiais, métodos ou processos de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;
- VI) substituir, às suas expensas e responsabilidade, os materiais que não estiverem de acordo com as especificações.
- VII) Comprovar, a cada fatura emitida, a regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e com o fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

Pela execução do objeto deste **CONTRATO**, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância total de R\$ _____ (_____), já inclusos todos os custos relacionados com despesas decorrentes de exigência legal ou das condições de gestão deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento do valor devido, conforme proposta da **CONTRATADA**, será efetuado pelo **CONTRATANTE**, após entrega do objeto da licitação, até o 30º (trigésimo) dia, a partir da data da apresentação da Nota Fiscal pela **CONTRATADA**, com a discriminação do objeto executado, devidamente atestada e visada pela administração do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A presente despesa, no valor global de R\$ _____ (_____), correrá por conta da Dotação Orçamentária existente no Programa de Trabalho nº 04.122.0095.2271.0000 respectivo e pela Natureza de Despesa N.D. _____, com cobertura através da Nota Empenho nº _____ de 202_.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

O preço do qual está sendo contratado o objeto da licitação será fixo e irrevogável.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

Em caso da **CONTRATADA** ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato, falhar ou fraudar na sua execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOETACAS
Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos
Pregão Presencial SRP nº 021/2022

Comissão Permanente	Fis.: 97
Licitação	Assinatura: [assinatura]
Processo	

Processo nº 2022.204.000197-5-PR

Data: 11/07/2022

de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais comunicações legais.

Parágrafo Primeiro: Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** poderá aplicar a **CONTRATADA** multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

Parágrafo Segundo: A **CONTRATADA** ficará sujeita, em caso de atraso na execução do objeto, à multa moratória de até 1% (um por cento) sobre o valor total do fornecimento, por dia útil excedente ao prazo estabelecido.

Parágrafo Terceiro: Se a **CONTRATADA** não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da aplicação das sanções definidas na cláusula anterior caberão os recursos previstos no art. 109 da lei n.º 8666/93, observados os prazos e procedimentos ali estabelecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O inadimplemento das Cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará ao **CONTRATANTE** o direito de dá-lo por rescindindo, mediante notificação, sem prejuízo do disposto na Cláusula Oitava.

Parágrafo Único. Ficarão o presente Contrato rescindido, mediante formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos seguintes casos:

- a) Atraso injustificado na execução do objeto contratado;
- b) Paralisação da entrega sem justa causa ou prévia comunicação à administração;
- c) Subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato, associação da **CONTRATADA** com outrem, cessão ou transferência total ou parcial sem a prévia anuência do **CONTRATANTE**, bem como fusão, cisão ou incorporação que afete a execução do presente Contrato;
- d) Desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, assim como a de seus superiores;
- e) Cometimento reiterado de falhas na execução deste contrato;
- f) Decretação de falência;
- g) Dissolução da empresa;

[assinatura]



- h) Alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa, que, a juízo da administração, prejudique a execução deste Contrato;
- i) Protesto de títulos ou emissão de benefícios sem a suficiente provisão, que caracterize a insolvência da **CONTRATADA**;
- j) Razões de relevante interesse e amplo conhecimento público;
- k) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

O presente Contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PRAZO DE ENTREGA

O prazo para entrega do material objeto deste contrato será de no máximo 05 (cinco) dias, conforme item 13.3 do Termo de Referência, elaborado pela Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos (Anexo VIII do edital).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A contagem do prazo contratual terá início no dia seguinte ao recebimento, pela **CONTRATADA**, da Ordem Formal autorizando o início da execução contratual, a ser emitida pela **CONTRATANTE**, ou da entrega da Nota de Empenho.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FORMA DE FORNECIMENTO

O objeto deste contrato será fornecido de forma integral.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE

O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial do Município de Campos dos Goytacazes, conforme o disposto no art. 61, Parágrafo Único, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VINCULAÇÃO À LICITAÇÃO

O presente instrumento foi lavrado em decorrência da licitação modalidade Pregão nº 021/2022, ao qual se vincula, bem como aos termos da proposta de preços da **CONTRATADA** e respectivos anexos do processo administrativo nº 2022.204.000197-5-PR que fazem parte integrantes desta avença como se transcritos fossem.



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos
Pregão Presencial SRP nº 021/2022

Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 99
	Subscrição: Juari

Processo nº 2022.204.000197-5-PR
Data: 11/07/2022

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Campos dos Goytacazes, para dirimir qualquer questão controversa relacionada com o presente **CONTRATO**, renunciando as partes, expressamente, a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estar justo e acordado, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo.

Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de 2022.

Contratante:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

Contratada:

Testemunhas:

Anexo III - Carta de Credenciamento

(Modelo)

CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o (a) Sr (a)
....., portador (a) da Cédula de
Identidade nº e CPF sob o nº, a
participar da Licitação instaurada pela Secretaria Municipal de Administração e Recursos
Humanos, na modalidade **PREGÃO nº 021/2022**, supra referenciada, na qualidade de
Representante legal da Empresa, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da
empresa, bem
como formular propostas, negociar preços, interpor recursos, desistir de sua interposição,
assinar contratos e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Campos dos Goytacazes,.....de.....de 2022.

**Representante legal da empresa com firma reconhecida e
carimbo da licitante**



PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS
Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos
Pregão Presencial SRP nº 021/2022

Comissão Permanente de Licitação	Fls.: 101
Processo nº 2022-204-000197-5-PR	Assinatura: [assinatura]

Data: 11/07/2022

Anexo IV - Declaração de que cumpre as Leis Trabalhistas

(Modelo)

DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão nº 021/2022

.....
(nome da empresa)

inscrita no CNPJ/MF sob o número, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a)....., portador (a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Emde.....de 2022.

Representante legal da empresa e
carimbo da licitante

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).



PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos
Pregão Presencial SRP nº 021/2022

Comissão	Fls.: 102
Permanente	ZFC
Licitação	Rubrica: [assinatura]
Processo nº	021/2022

Processo nº 2022.204.000197-5-PR

Data: 11/07/2022

Anexo V - Declaração que Cumpre os Requisitos de Habilitação

(Modelo)

DECLARAÇÃO

.....
(nome da empresa)

CNPJ ou CIC nº, declara, sob as penas da Lei e em cumprimento ao disposto no art. 4º, inciso VII da Lei nº 10.520/02, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital da licitação por **PREGÃO N° 021/2022**.

Campos dos Goytacazes, de de 2022.

Representante legal da empresa e
carimbo da licitante

f

Anexo VI – Declaração de Enquadramento de ME ou EPP

(Modelo)
DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão nº 021/2022

.....(razão social do licitante) com
endereço na

inscrita no CNPJ/MF sob o número vem, pelo seu
representante legal infra-assinado, sob pena de submeter-se à aplicação das sanções definidas
nos arts. 7º e 9º, da Lei nº 10.520/02, **declarar** que cumpre os requisitos legais para efeito de
enquadramento como Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), estando apta
a usufruir dos direitos de que tratam a Lei Complementar Federal nº 123/06 e suas
alterações, bem como a Lei Municipal nº 8.768/17 e **não incide em qualquer das vedações**
estabelecidas no art. 3º, § 4º, da referida da Lei Complementar, sendo considerada:

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme no artigo 18-A, §1º da Lei Complementar
Federal nº 123, de 14/12/2006;

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123,
de 14/12/2006.

() Sociedade Cooperativa de Consumo que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita
bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de
dezembro de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, conforme estabelece o art. 34
da Lei 11.488/07.

Em de de 2022.

Representante legal da empresa e
carimbo da licitante



ANEXO VII – Minuta de Ata de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____ VINCULADA AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2022

Ao ____ dia do mês de ____ de dois mil e vinte e um, a **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS**, inscrita no CNPJ nº _____, com sede na Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, 47, Parque Santo Amaro, Campos dos Goytacazes/RJ, CEP 28030-045, institui Ata de Registro de Preços (ARP), nos termos do art. 15 de Lei Federal nº 8.666/93; da Lei 10.520/02; Decreto Municipal nº 065/05, Decreto Municipal nº 342/06, com as alterações do Decreto Municipal 015, de 09/01/2009 e as demais normas legais aplicáveis, decorrente da licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 021/2022, aquisição de material de segurança e acesso de controle, para abastecer Almoxarifado Central da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, pelo Sistema de Registro de Preços, com Registro de Ata com validade de 12 (doze) meses.

Processo nº 2022.204.000197-5-PR, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, obedecendo às condições descritas no edital correspondente e seus Anexos, conforme segue:

1. O(s) preço(s), a(s) quantidade(s) e as especificações do(s) material(ais) registrados nesta Ata, encontram-se indicados abaixo:

Exemplo:

Empresa:	
CNPJ:	Telefone/Fax:
Endereço:	
Contato:	
E-mail:	

Item	Quantidade	Unidade	Descrição do Produto	Marca	Valor R\$

- 1.1 No anexo I do instrumento convocatório, são apresentados os quantitativos estimados de consumo, os quais serão adquiridos de acordo com a necessidade e conveniência da





Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, mediante a convocação para a assinatura do contrato.

- 1.2 As quantidades do material que vierem a ser adquiridas serão definidas no respectivo contrato.
- 1.3 A entrega deverá ocorrer em conformidade com o item 13.3 do Termo de Referência (anexo VIII do edital).
- 1.4 A empresa licitante vencedora ficará obrigada a trocar, às suas expensas, o produto que vier a ser recusado, sendo que o ato do recebimento não importará a sua aceitação.
- 1.5 Os licitantes terão seus produtos analisados em sua totalidade, sendo que aqueles que não satisfizerem à especificação exigida serão devolvidos, devendo ser substituídos no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a partir do contato feito pela **Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos**.
- 1.6 As responsabilidades e obrigações da Contratada deverão obedecer ao disposto no Edital e seus Anexos.
- 1.7 O pagamento será conforme disposto no item 17 do edital, estando ciente que na ocasião será verificada a situação da empresa quanto à regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- 1.8 A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- 1.9 A presente Ata tem prazo de vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua publicação.

A empresa _____, detentora do registro assume o compromisso de fornecer o objeto, na forma e quantidade máxima especificada no edital, durante o prazo de validade da Ata do Sistema de Registro de Preços.

Fica eleito o foro da Comarca de Campos dos Goytacazes, para dirimir os conflitos que possam ocorrer no presente compromisso.

E, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor, forma e data.

Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

Empresa

Testemunhas: _____



PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos
Pregão Presencial SRP nº 021/2022

Processo nº 2022.204.000197-5-PR

Data: 11/07/2022

Comissão Permanente de Licitação	Fls.: 106
	Rubrica: <i>Johny</i>
Processo Nº	

ANEXO VIII - TERMO DE REFERÊNCIA



TERMO DE REFERÊNCIA

Comissão Permanente de Licitação	Fls. 107
Processo Nº	Rubrica: <i>Juliano</i>

1. DO OBJETO:

Elaboramos o presente Termo de Referência que através do procedimento legal pertinente, estabelece as normas específicas do Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material de segurança e acesso de controle, para abastecer Almoxarifado Central da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos pelo prazo de 12 (doze) meses, conforme especificações, quantidades estimadas e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

2. DA JUSTIFICATIVA:

2.1- O Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material de SEGURANÇA E ACESSO DE CONTROLE citado neste, faz-se necessário para o bom andamento dos trabalhos dos servidores no atendimento aos munícipes, tendo em vista que tal material é essencial à continuidade e manutenção dos serviços realizados a todos os setores, diante do aumento da demanda de serviços oferecidos, bem como, atender as necessidades dos diversos Setores da Administração Municipal, evitando assim a necessidade de fazer grandes estoques e baratear a compra dos materiais por maior demanda;

2.2- A possível aquisição se justifica pela necessidade de reposição do estoque de do setor de almoxarifado, para atendimento das demandas de segurança e controle de acesso para organização nos atendimentos da Secretaria Municipal de Administração e Recursos HUMANOS- SMARH.

2.3- Justificamos a contratação para controle de acesso, diurna e noturna, como rádios de comunicação, visando assegurar, a qualquer hora, a integridade do acervo patrimonial e a integridade física dos servidores da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes.

2.4- Ressalta-se que, não há no Almoxarifado Central estoque dos materiais constantes neste termo (Lanterna; rádio comunicador; dispensador de senhas; bobina numérica; display de álcool em gel de 70%; pedestal organizador de filas e painel de senha), conforme Ofício de nº 21/2022, emitido pelo Chefe de Divisão de Almoxarifado, Sr. Victor Hugo Lemos Nogueira Sepuvela.

2.5- Para se chegar a quantidade solicitada levou-se em consideração, o número de setores, bem como, a escassez do



material de segurança e acesso de controle pelo período de 12 (doze) meses.

2.6- Nesse sentido, a aquisição de material de segurança e acesso de segurança visa manter vários órgãos e setores do SMARH em pleno funcionamento, possibilitando aos funcionários o bom desempenho de suas funções, capaz de agilizar e melhorar o atendimento aos munícipes.

3. DA MODALIDADE E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

3.1 a Aquisição desses materiais se dará no por meio de licitação na modalidade Pregão no tipo MENOR PREÇO por item, sendo considerado vencedora a licitante que ofertar o menor preço entre os apresentados na sessão de julgamento das propostas.

3.1.1- O Sistema que deverá ser utilizado será o **REGISTRO DE Preços** que é uma ferramenta que serve para futura e eventual aquisição do produto licitado, não necessitando de reserva orçamentária em sua totalidade, utilizando os recursos financeiros de forma sustentável. Este instrumento não obriga a contratação, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência, e, igualdade de condições.

3.2- O licitante, antes da apresentação de sua proposta comercial deverá tomar conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações que assumirá se contratado, pois não será admitido alegar posteriormente, o desconhecimento de informações locais para justificar atrasos ou inexecução de obrigações contratuais.

3.3- A opção pela modalidade de pregão presencial se justifica pela possibilidade de se imprimir maior celeridade à contratação de bens e serviços comuns, sem prejuízo à competitividade. O pregão presencial permite inibir a apresentação de propostas insustentáveis que atrasariam os procedimentos da modalidade eletrônica e aumentariam seus custos. A opção pelo pregão presencial decorre de prerrogativa de escolha da Administração fixada pela Lei nº 10.520/02 e não produzirá alteração no resultado final do certame.

Além do que, a adoção do pregão em sua forma presencial fortalece o desenvolvimento do comércio local deste Município.

4. DAS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Item	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1 ITEM EXCLUSIVO	Lanterna Holofote Tática de mão LED com alça com bateria recarregável com duração de 7	Unidade	10



PREFEITURA DE
CAMPUS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS



<p>(ART. 48, I, LC N° 123/06)</p>	<p>a 14 horas, com dois níveis ajustáveis de intensidade, Bivolt, com botão seletor com 2 estágios, com tempo de carga de aproximadamente de 15 horas, com conector e cabo para carregar, Lumens: 240Lm, Potência da luz: 8w + 4.8w, com Foco Redondo, LED de alta potência, Cor de iluminação branco, Cor Preto, com bateria de grande capacidade 2800 mAh com interruptor de botão, com dimensões aproximadas altura: 21 Cm, Largura: 15 Cm, Diâmetro Farol: 12,5 Cm e Peso: 670 gramas, contendo 01 cabo de força, 01 caixa embalagem, alça para pendurar, embalagem lacrada de fábrica, novo.</p>			
<p>2- ITEM EXCLUSIVO (ART. 48, I, LC N° 123/06)</p>	<p>Rádio Comunicador (PAR), com alcance acima de 30 km, cor preto, fontes de energia: bateria recarregável ou pilha AA; carregamento USB; com lanterna integrada; IPX4: a prova d'água; com aproximadamente 22 canais e 120 códigos de privacidade aproximadamente, comunica-se com qualquer rádio; ivox/vox: mãos livres e com alerta de vibracal; ERS: Sem necessidade de licença; Duração da bateria de aproximadamente 12 h; Indicador de nível de bateria; Função de chamada de grupo com emparelhamento fácil, novo embalado lacrado; com selo da anatel; Novo.</p> <p>Cada UNIDADE deverá conter:</p> <p>2 Presilhas de Cinto, 2 Baterias, Carregador, 16 autocolantes e manual do usuário.</p>	<p>Par</p>	<p>15</p>	
<p>3- ITEM EXCLUSIVO</p>	<p>Dispensador de senhas completo com 01 suporte pedestal de chão, com</p>	<p>Unidade</p>	<p>30</p>	

Wagner Teixeira de Castro
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos
Mat. 10.283



(ART. 48, I, LC N° 123/06)	pintura eletrostática, tamanho 1,40m, cor preta, 01 um distribuidor de senhas modelo bico de pato, cor azul, placa "RETIRE SUA SENHA". 06 bobinas numeradas três dígitos (000 a 999), contendo 2.000 senhas cada bobina, papel cor branco. Medida da Etiqueta: 40mm(largura) x 75mm (altura). novo.	<table><tr><td>Comissão Permanente de Licitação</td><td>Processando</td><td>Rs.</td><td>10</td></tr><tr><td></td><td></td><td>Rubrica:</td><td><i>Glucian</i></td></tr></table>		Comissão Permanente de Licitação	Processando	Rs.	10			Rubrica:	<i>Glucian</i>
Comissão Permanente de Licitação	Processando	Rs.	10								
		Rubrica:	<i>Glucian</i>								
4. ITEM EXCLUSIVO (ART. 48, I, LC N° 123/06)	Bobina numerada três dígitos (000 a 999), contendo 2.000 senhas cada bobina, papel cor branco. Medida da Etiqueta: 40mm(largura) x 75mm (altura), para dispensador modelo bico de pato, novo.	Unidade	2000								
5. ITEM EXCLUSIVO (ART. 48, I, LC N° 123/06)	Display de álcool em gel de 70%, Especificações: Altura: 1,30m, Largura: 30cm, Profundidade: 30cm, totalmente feito em aço de alta durabilidade; pintura a pó eletrostática, cor branca, acompanha um Frasco de álcool em gel vazio, novo.	Unidade	50								
6. ITEM EXCLUSIVO (ART. 48, I, LC N° 123/06)	Pedestal organizador de filas construído em aço inox e pintura cromada, com fita retrátil de 2 metros de comprimento e 5cm de largura. Características técnicas: Material: aço inoxidável, 01 pedestal + fita retrátil. Altura aproximadamente 91cm, diâmetro da base aproximadamente: 32cm, fita: retrátil de 2m e 5cm de comprimento, Cor da fita: preta, novo.	Unidade	20								
7. ITEM EXCLUSIVO (ART. 48, I, LC N° 123/06)	Painel de Senha Digital, para a organização de filas de atendimento, com controle sem fio com 3 botões, para avançar para a próxima senha, retroceder, ou chamar novamente a senha atual; painel deve possuir alto falante que emite som na chamada da senha; com intensidade sonora regulável e diferentes opções de sons. Com 10 opções de atendimento identificadas por letras, que pode gerenciar até 10 filas diferentes no mesmo painel, 05(cinco) controles adicionais, onde cada controle	Unidade	10								



	chamará uma fila diferente, função para estabelecimento comum e preferencial com cadastramento da letra "C" para as senhas comuns, e "P" para as preferenciais, Display com 3 dígitos, LEDs em SMD de alto brilho, Controle de volume digital, Alimentação: Bivolt - 110 / 220V, novo	Comissão Permanente de Licitação		Fls. 111
		Processo N°	Rubrica: <i>J. Moura</i>	

Obs.. O quadro acima foi feito com base na especificação mínima do item, informado pelos Departamentos requisitantes, para que fosse feita a cotação prévia de mercado e chegarmos ao descritivo da proposta de preços, definido conforme a Lei Complementar 123/2006 que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte

5. DO VALOR ESTIMADO:

5.1- O valor global estimado do objeto deste Termo de Referência é de R\$ 96.563,15 (noventa e seis mil, quinhentos e sessenta e três reais e quinze centavos), apurado em pesquisa de mercado, conforme Resultado de Cotação em anexo.

6. DA DOTACÃO ORÇAMENTARIA:

6.1- As despesas decorrentes da contratação correrão pelo código, relativo ao PROGRAMA DE TRABALHO 04.122.0095.2271.0000 E NATUREZA DE DESPESA 339030 e 449052.

7. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1- Atestado de Capacidade Técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, este último com firma reconhecida, comprovando que a licitante já forneceu material compatível com o objeto deste Termo de Referência.

7.2- A comprovação deverá ser feita por meio de apresentação de documentos devidamente assinado, carimbado e em papel timbrado da empresa ou órgão que adquiriu os produtos.

8. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

8.1- a Adjudataria deverá assinar na Ata de Registro de Preços em até de 05 (cinco) dias, contados da data de recebimento da convocação.



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

Comissão	Fls.
Licitação	113
Processo nº	



8.2- O prazo para a assinatura da Ata do Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, desde que solicitado formalmente durante o prazo transcurso e ocorre motivo justificado e aceito pela Administração.

8.3- A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, tendo sua eficácia a partir da publicação do extrato no Diário Oficial do Município, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso II do §3º do art. 15 da Lei Federal 8666/1993.

8.4- É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o inciso 1º do art. 65 da Lei Federal 8666/1993.

8.5- Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços a Contratante não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência de fornecimento em igualdade de condições.

9. DO GESTOR DA ATA

9.1- **ÓRGÃO Gerenciador:** SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS, situado na Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, nº 47- Parque Santo Amaro- Campos dos Goytacazes-RJ, cep: 28030-045.

10. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

10.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser usada por outros órgãos da Administração, desde que autorizada pela Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, observados os dispositivos legais do Decreto Municipal 342/2006;

10.2 A cada fornecimento o preço unitário a ser pago será o preço registrado na ata de Registro de Preços.

11. DO CONTROLE DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

11.1- Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrências de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei Federal 8.666/93 ou redução de preços praticados no mercado.

12. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Wagner Teixeira de Castro
Secretário Municipal de Administração
e Recursos Humanos
Mat. 140.283



PREFEITURA DE
CAMPUS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

Comissão Permanente	Fis. 113
Licitação	Is. 17
Campos/RJ	

12.1 Os preços registrados serão cancelados, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou pela CONTRATANTE nos seguintes casos:

12.1.1- Quando o vencedor da licitação não retirar a Nota de Empenho de Despesa no prazo estipulado ou descumprir as exigências da Ata a que estiver vinculada, sem justificativa aceitável.

12.1.2- Quando os preços registrados apresentarem-se superiores aos de mercado e não houver êxito na negociação para sua redução e adequação aos praticados no mercado.

13. DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

13.1- A administração não estará obrigada a adquirir os bens da detentora da Ata de Registro de Preços, mas quando o fizer, poderá vir a requisitar quantidade equivalente à no mínimo 10% (dez por cento) do item registrado.

13.2- Sempre que julgar necessário, a Contratante solicitará, durante a vigência da ARP, a entrega dos bens registrados, na quantidade necessária.

13.2.1- A ordem de fornecimento, consubstanciada em ofício, deverá conter data de expedição, quantidade pretendida, local e prazo para entrega, descrição dos itens solicitados, preços unitário e total, carimbo e assinatura do responsável pela requisição;

13.3- O prazo previsto para entrega do objeto deverá ser de no máximo 05 (cinco) dias, após o recebimento da Nota de empenho e Ordem de fornecimento no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal e Campos dos Goytacazes - RJ, situado na Rua Treze de Maio, nº 179/185 - Centro - Cep: 28010-260, Campos dos Goytacazes/RJ, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 16:00 horas, exceto feriados ou em outro local caso venha ter mudança de endereço do almoxarifado;

13.3.1- No ato da entrega, os prazos de validade mínima dos produtos deverão ser de 06 (seis) meses.

13.4- Os materiais adquiridos serão objeto de recebimento provisório e definitivo, nos termos do art. 73, II "a" e "b", da Lei Federal 8.666/1993.

13.5- A critério da Contratante, os materiais adquiridos serão submetidos a verificação, cabendo ao fornecedor a substituição dos que vierem a ser recusados, no prazo máximo de 05 (cinco) dias;

13.6- O acerto/aprovação dos produtos pela Contratante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios ou defeitos de quantidade ou qualidade dos produtos ou disparidades, com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo a Contratante as faculdades previstas no art. 18, da Lei Federal 8.078/1990.

13.7- A Contratada deverá comunicar, por escrito, a ocorrência de qualquer anormalidade de caráter urgente que impossibilite o seu cumprimento, tão logo esta seja verificada, e prestar os

Wagner Teixeira de Castro
Secretário Municipal de Administração
e Recursos Humanos
Data: 10/2011



esclarecimentos que julgar necessários a Contratante até 24 (vinte e quatro) horas antes da entrega;

13.8- A Contratante poderá se recusar a receber o objeto licitado, caso este esteja em desacordo com a proposta apresentada pela empresa vencedora, fato que será devidamente caracterizado e comunicado a empresa, sem que a esta cabha direito de indenização;

13.9- Correrão por conta exclusiva da Contratada as despesas com frete, transporte, seguro e demais custos advindos da execução dos serviços e entrega do objeto nas dependências da Contratante.

14. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

14.1- O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias corridos após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura discriminando o material, a quantidade fornecida, o valor unitário e o valor total, devidamente atestada, seguido de recibo de quitação e requerimento solicitando o pagamento do valor faturado, acompanhados das certidões necessárias;

14.2- O eventual erro nos valores constantes da nota fiscal/fatura será comunicado a Contratada, ficando o pagamento susinado/suspenso até a correção do erro;

14.3- O pagamento ficará condicionado que a Contratada atenda a todas as condições de habilitação no que diz respeito a regularidade fiscal e trabalhista;

14.4- Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos contra a Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes - RJ, CNPJ: 29.116.894/0001-61, endereço Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, 47, bairro Pq. Santo Amaro, CEP: 28.030-045, Campos dos Goytacazes - RJ;

14.5- O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da Contratada, a qual deverá fornecer por escrito os dados bancários para depósito.

15- OBRIGAÇÃO DAS PARTES

OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

15.1- DA CONTRATANTE:

15.1.1- Convocar a adjudicatária, dentro do prazo de eficácia de sua proposta para assinatura da Ata de Registro de Preços;

15.1.2- Publicar o extrato da ATA, na forma da Lei;

15.1.3- Emitir Nota de Empenho e Nota de Fornecimento, a medida da contratação;

15.1.4- Acompanhar e fiscalizar a contratação, aplicar as penalidades regulamentares e contratuais, atestar as notas fiscais e efetuar o pagamento;

15.1.5- Solicitar durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os bens registrados, observando os quantitativos



PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYACAZES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

Comissão Permanente de	Fls. 113
de	Rubrica: [assinatura]
Processo Nº	Es. 19
Campos/RJ	

registrados, na quantidade que for preciso, mediante a entrega da Nota de Empenho e Ordem de Serviço.

15.1.6- Prestar todas as informações necessárias com clareza a Contratada para a execução da contratação;

15.1.7- Comunicar, imediatamente, à Contratada as irregularidades verificadas na contratação;

15.1.8- Recusar receber os produtos licitados, caso estes estejam em desacordo com a proposta apresentada pela empresa vencedora, fato que será devidamente caracterizado e comunicado à empresa, sem que a esta caiba direito de indenização.

15.2- DA CONTRATADA

15.2.1- Assinar a Ata de Registro de Preços até 05 (cinco) dias úteis contados da convocação para sua formalização pela contratante.

15.2.2- Fornecer o objeto de acordo com a solicitação da Contratante, no prazo de até 05(cinco) dias úteis contados do recebimento da ordem de fornecimento;

15.2.3- Atender a todos os pedidos efetuados durante a vigência da Ata no limite do quantitativo registrado;

15.2.4- Responsabilizar-se por todos os ônus referentes a confecção e entrega dos materiais, incluindo impostos, empregados e todas as despesas, diretas e indiretas decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, inclusive frete, sem qualquer ônus à contratante, durante a vigência da contratação;

15.2.5- Providenciar a imediata substituição das deficiências apontadas pela fiscalização na entrega dos materiais;

15.2.6- Comunicar, por escrito, a ocorrência de qualquer anormalidade de caráter urgente que impossibilite o seu cumprimento, tão logo esta seja verificada, e prestar os esclarecimentos que julgar necessários à Contratante em até 24 (vinte e quatro) horas;

15.2.7- Manter, durante toda a execução da contratação, as mesmas condições da habilitação;

15.2.8- Não transferir a terceiros, por qualquer forma nem mesmo parcialmente, as obrigações da contratação sem prévia e expressa anuência da Contratante;

15.2.9- Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízo que vier causar à Contratante ou a terceiros, em decorrência da má qualidade do produto, tendo com agente a Contratada;

15.2.10- Substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o(s) material (is) que estiver(em) em desacordo com as especificações deste TR, e/ou aquele em que for constatado dano em decorrência de transporte ou acondicionamento, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;

15.2.11- Assumir toda e qualquer responsabilidade quanto à qualidade dos materiais fornecidos;

Wagner Teixeira de Castro
Secretário Municipal de Administração
e Recursos Humanos
11/11/2023



14.2.12- Comprometer-se a prestar a garantia estabelecida nas especificações técnicas constantes de cada item deste termo de Referência.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 São sanções passíveis de aplicação a licitante vencedora inadimplente, sem prejuízo de outras sanções previstas na legislação pertinente:

16.1.1- Em caso de atraso na entrega do material objeto do presente Termo de Referência, nos dias, local e horário estipulado pela Secretaria será aplicada a multa de 0,3% (três décimo por cento) por dia por atraso injustificado, até o limite de 10% (dez por cento) a ser calculada sobre o valor total do contrato;

16.1.2- Não se aplica a multa, em casos fortuitos ou de força maior, condicionado a contratada a apresentar justificativa por escrito em até 24 (vinte e quatro) horas antes do fornecimento do material;

16.1.3- Na hipótese da não aceitação da justificativa do atraso, o valor das multas será deduzido da importância a ser paga a empresa licitante contratada;

16.1.4- Pelo não cumprimento total ou parcial do objeto do contrato poderá a Administração Municipal, garantida prévia defesa, aplicar a contratada as seguintes penalidades:

16.1.5- Advertência, nos casos de infrações de menor gravidade que não ensejem prejuízos a Administração;

16.1.6- Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal, por prazo de até 02 (dois) anos;

16.1.7- Declaração de inidoneidade, que o impede de participar de licitações, bem como de contratar com a Administração Pública pelo prazo de até cinco anos;

16.1.8- As penalidades previstas neste tópico não excluem outras decorrentes na Lei Federal 8.666/1993 e suas alterações;

16.5- A aplicação de quaisquer das penalidades ora previstas não impede a rescisão contratual;

16.1.9- A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa por parte da contratada, na forma prevista da lei;

16.1.10- Não se aplica a multa, em casos fortuitos ou de força maior, condicionado a contratada a apresentar justificativa



Comissão Permanente de Licitação	Fls. 118
Assinatura	Fls. 21
Campos/RJ	

por escrito em até 24 (vinte e quatro) horas antes do fornecimento do material;

16.1.11- Apresentar documentação falsa, comportar-se de modo inidôneo, fazer declaração falsa ou cometer fraude fiscal; aplicação das sanções previstas nos subitens "13.4.1" (calculada sobre o valor total estimado da contratação) e "13.4.3"; (18.1

16.1.12- Em caso de ocorrência de inadimplemento de termos do Edital, a Administração procederá a apuração do dano para aplicação da sanção apropriada ao caso concreto, observado o princípio da proporcionalidade;

16.1.13- As sanções de advertência, de suspensão temporária de licitar e contratar com a Administração e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas a licitante juntamente com a multa;

16.1.14- As penalidades fixadas serão aplicadas através de Processo Administrativo, a cargo da autoridade competente, no qual serão assegurados a empresa o contraditório e a ampla defesa;

16.1.15- As sanções administrativas serão registradas no D.O.M. (Diário Oficial Municipal).

17. DO CONTRATO / DO ADITAMENTO DO CONTRATO

17.1- As cláusulas contratuais obedecerão às disposições legais, bem como poderão atribuir outras cláusulas de acordo com a Secretaria de Administração e Recursos Humanos e objeto empregado, para fins de efetividade e legalidade, nos termos da Lei Federal 8.666/93;

17.2- Dar-se-a rescisão contratual das partes nos termos da aplicação do Artigo 77, 78, 79 e 80 da Lei Federal 8.666/1993;

17.3- O órgão gestor do Pedido poderá solicitar ao Ordenador de Despesa ADITAMENTO CONTRATUAL nos termos do art. 57, 65 e 78 da Lei Federal 8.666/1993.

18. DA FISCALIZAÇÃO

18.1- A fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato caberão a Contratante, através de servidor designado, com poderes para verificar se os materiais serão entregues de acordo com o previsto, fazer advertência quanto qualquer falta, aplicar multas e demais ações necessárias a Contratada;

18.2- A fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

Wagner Teixeira de Castro
Secretário Municipal de Administração
e Recursos Humanos
Matr. 40.283



Comissão Permanente de Licitação	Fls. 118
	Rubrica: <i>[assinatura]</i>
Processo N°	

19. CRITERIOS DE JULGAMENTO:

19.1- A licitação será na modalidade Pregão Presencial, cujo critério de julgamento das propostas será o menor preço por item, sendo vencedora a licitante que ofertar o menor preço entre os apresentados na sessão de julgamento das propostas;

20. CRITERIOS PARA FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO:

20.1- Os produtos deverão ser entregues de acordo com os padrões de qualidade, acondicionamento, manuseio e transporte, respeitados as quantidades solicitadas pela Contratante e observadas as regras específicas fixadas no presente Termo e Edital;

20.2- A entrega deverá ser acompanhada de cópia do respectivo contrato, da Nota de Empenho e do original da Nota Fiscal, a qual registrará, obrigatoriamente:

20.2.1- Número da Nota de Empenho e do Contrato;

20.2.2- a discriminação do material encomendado, e;

20.2.3- dados bancários para pagamento: Banco, Agência, Conta Corrente.

20.3- A Contratante é reservado o direito de solicitar a substituição dos produtos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, que não se apresentarem em boas condições ou estiverem em desacordo com as especificações. As eventuais substituições, durante o contrato, deverão ser feitas no padrão equivalente ou superior ao estipulado sem acréscimo de valor a Contratante;

20.4- A fiscalização da administração pública se incumbirá de discutir e avaliar, constantemente, o teor, a qualidade dos produtos e o andamento de sua execução e fazer exigências, quando necessárias;

20.5- A fiscalização dos serviços pela Contratante não exonera a completa responsabilidade da Contratada, por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas contratuais;

20.6- A atestação da Nota Fiscal/Fatura correspondente ao fornecimento caberá ao Fiscal do Contrato ou a outro servidor designado para esse fim;

21. SITUAÇÕES NÃO PREVISTAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA

21.1 Situações não previstas ou especificadas neste Termo de Referência serão tratadas pontualmente e solucionadas pautando-se na Lei Federal nº 8666 de 1993 e exclusivamente no interesse público.

Campos dos Goytacazes - RJ, 14 de junho de 2022.

Wagner Teixeira de Castro
Secretário Municipal de Administração
e Recursos Humanos
Mat. 40.283